

# Os números da emigração de Vitorino Magalhães Godinho: revisão historiográfica com o caso do Brasil na época moderna

Diogo Andrade Cardoso

CITCEM, Faculdade de Letras, Universidade do Porto

---

APHES Working Paper no. 2  
March 2022

[https://doi.org/10.55462/wpaphes\\_a\\_502](https://doi.org/10.55462/wpaphes_a_502)



ASSOCIAÇÃO  
PORTUGUESA DE  
HISTÓRIA ECONÓMICA  
E SOCIAL

**APHES WORKING  
PAPERS IN  
ECONOMIC AND  
SOCIAL HISTORY**

**Os números da emigração de Vitorino Magalhães Godinho: revisão  
historiográfica com o caso do Brasil na época moderna**

Diogo Andrade Cardoso  
CITCEM, Faculdade de Letras da Universidade do Porto

APHES Working Paper no. 2  
March 2022

[https://doi.org/10.55462/wpaphes\\_a\\_502](https://doi.org/10.55462/wpaphes_a_502)

ISSN: 2795-4978

\* O presente artigo foi desenvolvido no âmbito de uma bolsa de doutoramento com a referência SFRH/ BD/136267/2018, financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e o Fundo Social Europeu. A construção cartográfica presente no artigo foi realizada pela Infografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, à qual o autor deve o seu agradecimento.

## Sumário

Vitorino Magalhães Godinho, nos anos de 1970, lançou as bases do que viriam a ser os estudos sobre emigração, ao longo da história, no livro *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa* e no seu artigo no primeiro número da revista de História Económica e Social.

Esta comunicação pretende discutir os valores de saídas apresentados pelo autor em trabalhos que se tornaram clássicos e inúmeras vezes repetidos. Para tal será feita uma análise dos números lançados por Godinho e uma comparação com os dados apresentados por outros investigadores com o intuito de rever a historiografia sobre o assunto e testar a validade dos seus números – que alguns autores consideram demasiado elevados. Interessa a este estudo perceber também quais as fontes utilizadas para este tipo de abordagens, principalmente até ao século XVIII, antes da introdução do passaporte.

Para o fazer será utilizado o estudo de caso do Brasil, território que, ao longo da época moderna, foi concentrando os destinos de emigração daqueles que partiam do reino para fora da Europa. Esta metodologia servirá para discutir as vantagens dos estudos dirigidos a espaços específicos para um apuramento mais afinado do número total de migrantes. Será ainda avançada uma proposta de fonte que pode ser usada com este objetivo: os processos inquisitoriais. A riqueza desta documentação é sobejamente conhecida dos historiadores, mas o seu potencial como fonte para o estudo da emigração numa perspetiva macro é ainda pouco divulgado. Através dela poderemos calcular a dimensão da emigração para determinados espaços, com o Nordeste à cabeça, e perceber também motivações para a partida ou a fixação num território em particular. Estes processos servirão ainda para determinar de onde estes migrantes são naturais, com Lisboa a assumir um peso que contraria os resultados expectáveis junto da bibliografia, ainda que o Entre Douro e Minho mantenha a preponderância.

## Os números de saídas: da Europa para a América

Quando, nos anos de 1970, Vitorino Magalhães Godinho avançou com a sua abordagem aos contingentes portugueses dispersos pelo globo os estudos existentes eram escassos e fragmentários. A obra de Joel Serrão era recente<sup>1</sup>, mas foi *A Estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa* que, apesar de dedicar apenas um capítulo ao tema, se destacou na inauguração da investigação na área, seguindo-se estudos de outros historiadores como o de Jorge Carvalho Arroiteia<sup>2</sup>. Desde essa altura, o artigo de Godinho no número 1 da Revista de História Económica e Social, intitulado *L'Émigration Portugaise (XV<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècles) une constante structurale et les aux changements du monde*, que corrigia alguns dos valores apresentados anteriormente, tornou-se a base da historiografia que tenta contabilizar esta presença<sup>3</sup>. Mais tarde, outros autores como Anthony Russell-Wood, José Vicente Serrão ou Teresa Rodrigues, utilizaram estes dados nas suas abordagens.

No entanto, há um problema com estes valores, que totalizam 1 350 000 saídas do reino entre 1400 e 1760, e que, entretanto, conheceram uma forte disseminação na historiografia portuguesa e internacional: “It is not clear what the Portuguese estimates are based on”<sup>4</sup>. De facto, Godinho nunca explicita de onde são provenientes os valores que lançou. Tendo em conta a sua grande experiência no estudo da História de Portugal na época moderna, com enfoque nas dimensões económica e social, estes números parecem ser estimativas informadas (as *guesstimates*). Todavia, como foram dos primeiros números lançados, mereceram um forte acolhimento.

O Brasil, como é consensual na bibliografia, ocupou o lugar cimeiro nos destinos dos portugueses, particularmente a partir da segunda metade do século XVI<sup>5</sup>. Para calcular a proporção dos valores de Godinho que se dirigiram ao Brasil, uma vez que a conta do autor soma as saídas para todos os destinos, David Eltis dividiu por três os

---

<sup>1</sup> Joel Serrão, *A emigração portuguesa: sondagem histórica* (Lisboa: Livros Horizonte, 1977).

<sup>2</sup> Jorge Carvalho Arroiteia, *A emigração portuguesa – suas origens e distribuição* (Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983).

<sup>3</sup> Vitorino Magalhães Godinho, “L'Émigration Portugaise (XV<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècles): une constante structurale et les réponses aux changements du monde,” *Revista de História Económica e Social*, n.º 1 (1978): 5-32.

<sup>4</sup> David Eltis, “Free and Coerced Migrations from the Old World to the New” in *Coerced and Free Migration: Global Perspectives*, ed. David Eltis (Stanford: Stanford University Press, 2002), 64.

<sup>5</sup> Teresa Ferreira Rodrigues, “As vicissitudes do povoamento nos séculos XVI e XVII,” in *História da População Portuguesa: Das longas permanências à conquista da modernidade*, coord. Teresa Ferreira Rodrigues (Porto: CEPESE e Edições Afrontamento, 2008), 241.

números apresentados até ao ano de 1700 e por dois os contingentes saídos desde essa altura e até 1760, contando com o peso das descobertas auríferas<sup>6</sup>.

A primazia de Godinho permitiu também que fosse ele a estabelecer os intervalos cronológicos pelos quais as saídas de portugueses do reino, no decorrer da época moderna, são avaliadas: século XV; 1500 a 1580; 1580 a 1640; 1640 a 1700; e 1700 a 1760. Os valores, que não passariam de 50 000 nos anos de Quatrocentos, crescem para 280 000 desde a chegada dos portugueses ao Brasil até à subida ao trono de Filipe I. Para os três reinados dos Habsburgo, Godinho estima em 300 000 as saídas, valor que, no restante século, iria decrescer, acompanhando a tendência do mercado açucareiro. A redução, num mesmo número de anos, é para menos de metade, com 120 000 saídas entre 1640 e 1700. Já o ouro encontrado na derradeira década do século XVII em Minas Gerais terá alterado de tal forma a dinâmica de emigração que, para o período compreendido entre 1700 e 1760, saíram nada menos do que 600 000 indivíduos do reino<sup>7</sup>. Utilizando estes números, Eltis atribui então a Portugal 58 000 saídas até 1580, 110 000 de 1580 a 1640, 50 000 de 1640 ao final do século e 300 000 para os últimos sessenta anos do estudo<sup>8</sup>.

Mas Portugal não é um caso isolado. Vale a pena perspetivar os números de Godinho à luz do que a historiografia internacional nos diz. A comparação com o caso de outras potências europeias e seus contingentes americanos permitirá enquadrar melhor o número de saídas do reino português e, decerto, porá sob uma perspetiva mais crítica os números de Godinho.

Em Espanha, a historiografia recente também tem considerado as estimativas dos anos de 1970 face às dificuldades apresentadas pelas fontes no cálculo das partidas em direção à América espanhola<sup>9</sup>. Assim, o século XVI terá conhecido um número máximo de 250 000 saídas, com um crescimento a partir de 1560, que terá mais do que dobrado os contingentes anuais dos primeiros 60 anos do século<sup>10</sup>. Nos anos de Seiscentos, os

---

<sup>6</sup> Eltis, "Free and Coerced," 62-63.

<sup>7</sup> Godinho, "L'Émigration," 8-9.

<sup>8</sup> Eltis, "Free and Coerced," 62-63.

<sup>9</sup> Magnus Mörner, "La emigración española al Nuevo Mundo antes de 1810. Un informe del estado de la investigación," *Anuario de Estudios Americanos* 32 (1975): 53-59; 106.

<sup>10</sup> Nicolás Sánchez-Albornoz, "The First Transatlantic Transfer: Spanish Migration to the New World, 1493-1810," in *Europeans on the Move: Studies on European Migration, 1500-1800*, ed. Canny Nicholas (Oxford: Clarendon Press, 1994), 26; B. H. Slicher van Bath, "The absence of white contract labour in Spanish America during the colonial period," in *Colonialism and Migration; Indentured Labour Before and After Slavery*, ed. P. C. Emmer (Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1986), 25; John H. Elliot, *Empires of the Atlantic World: Britain and Spain in America 1492-1830* ([s.l.]: Yale University Press, 2006), 52.

valores anuais de saídas manter-se-iam somente com um ligeiro declínio durante a primeira metade do século, com uma média de 3 896 saídas/ano, menos 34 do que a média dos 40 anos anteriores. O valor total das saídas para o intervalo cronológico entre 1601 e 1650 andaria na casa das 190 000<sup>11</sup>.

Para o caso francês Pétré-Grenouilleau contabilizou quase o dobro das saídas em direção à América em relação a David Eltis. Ambos os autores consideram um número relativamente pequeno de 4 000 saídas entre 1580 e 1640 procedentes do reino mais populoso da Europa<sup>12</sup>. Já para o restante século XVII, Eltis estima as saídas em 23 000 e Pétré-Grenouilleau em 45 000. De 1700 a 1760 a diferença diminui um pouco, apontando os autores para 27 000 e 51 000 saídas, respetivamente<sup>13</sup>. A sua chegada tardia ao território americano e a concorrência ibérica e inglesa claramente condicionaram as opções de partida em direção à América<sup>14</sup>, pese embora as tentativas de estabelecimento e os incentivos à fixação de franceses por parte da Coroa<sup>15</sup>.

A Inglaterra, apesar de tardiamente, conseguiu, ao longo da época moderna ganhar um estatuto de potência colonial focando a sua presença no Novo Mundo na América do Norte, onde, em 1634, já tinha 12 colónias, e no mar das Caraíbas<sup>16</sup>. A sua forte mobilidade interna e em direção à Irlanda<sup>17</sup>, associada a uma crise económica profunda<sup>18</sup>, conduziu a população inglesa em grandes contingentes para a América. Gemery conta, somente para a década de 1631 a 1640 um valor na ordem das 69 100 saídas. Eltis e Pétré-Grenouilleau são mais conservadores e o primeiro estima as saídas para todo o intervalo cronológico de 1580 a 1640 em 87 000 e o segundo em 126 000. Para o período de 1640 a 1700 os números são respetivamente 308 500, 285 000 e 248 000. Acreditando nos

---

<sup>11</sup> Nicolás Sánchez-Albornoz, "The population of colonial Spanish America," in *The Cambridge History of Latin America*, ed. Leslie Bethell (Cambridge: Cambridge University Press, 1984), vol. II: Colonial Latin America, 15-16; Ofelia Rey Castelao, "Pessoas e bens em circulação (1492-1750)" in *As Américas na primeira modernidade (1492-1750)*, org. Jorge Cañizares-Esguerra, Luiz Estevam de O. Fernandes, Maria Cristina Bohn Martins (Curitiba: Editora Prismas, 2018), 105.

<sup>12</sup> Rodrigues, "As vicissitudes," 160.

<sup>13</sup> Pétré-Grenouilleau, "Maritime Powers," 48; Eltis, "Free and Coerced," 62.

<sup>14</sup> K. G. Davies, *The North Atlantic World in the Seventeenth Century* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1974), 9-10; Thomas Benjamin, *The Atlantic World: Europeans, Africans, Indians and Their Shared History, 1400-1900* (Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009), 214.

<sup>15</sup> Robert Aldrich, *Greater France: A History of French Overseas Expansion* (Nova Iorque: St. Martin's Press, 1996), 12.

<sup>16</sup> Alison Games, "Anglo-Dutch Connections and Overseas Enterprises. A Global Perspective on Lion Gardiner's World," *Early American Studies* 9, n.º 2 (2011): 437; Davies, *The North Atlantic*, 39-40.

<sup>17</sup> David Eltis, "Introduction: Migration and Agency in Global History," in *Coerced and Free Migration: Global Perspectives*, ed. David Eltis (Stanford: Stanford University Press, 2002), 24; Pétré-Grenouilleau, "Maritime Powers," 68.

<sup>18</sup> Don Jordan e Michael Walsh, *White Cargo: The Forgotten History of Britain's White Slaves in America* (Nova Iorque: New York University Press, 2007), 21-22; 90.

valores de Godinho, a Inglaterra concorria já diretamente com Portugal em número de contingentes. De 1700 a 1760, no entanto, a diferença para os valores ingleses seria largamente superada por Portugal (para todos os seus territórios ultramarinos) com os autores a estimarem em 362 526 as saídas líquidas no caso de Gemery e um total de 222 000 e 372 000 nos casos de Eltis e Pétré-Grenouilleau<sup>19</sup>.

Para a presença holandesa na América os números são mais consensuais, até porque a aposta dos Países Baixos do Norte, em termos demográficos, foi feita sobretudo no Índico e Pacífico. Entre 1580 e 1640 terão saído 2 000 indivíduos em direção a Oeste, 13 000 de 1640 ao final do século XVII e 5 000 entre 1700 e 1760<sup>20</sup>.

Tabela 1. Estimativas de saídas da Europa em direção à América entre 1400 e 1760

<b>Regiões</b>	<b>1500-1580</b>	<b>1580-1640</b>	<b>1640-1700</b>	<b>1700-1760</b>
<b>Portugal</b>	58 000 – 93 000	110 000	50 000	270 000 – 300 000
<b>Espanha</b>	139 000	188 000	158 000	193 000
<b>Inglaterra</b>	0	87 000 – 126 000	248 000 – 308 500	222 000 – 372 000
<b>França</b>	0	4 000	23 000 – 45 000	27 000 – 51 000
<b>Países Baixos</b>	0	2 000	13 000	5 000

Fontes: Gemery, “Markets for migrants,” 35; Pétré-Grenouilleau, “Maritime Powers,” 48; Eltis, “Free and Coerced,” 62.

Portugal, em função dos contingentes que tinha disponíveis no reino e da dispersão dos seus territórios à escala global, nunca pôde dirigir as migrações para apenas um destino. Não obstante, os cálculos dos números de saídas serem próximos dos de outros povos europeus em determinadas alturas, especialmente quando comparados com a base demográfica de cada um deles – demonstrando o esforço de expansão da Coroa e a disponibilidade da população portuguesa –, os habitantes de origem portuguesa presentes no Brasil nunca foram comparáveis, em número, aos ingleses ou espanhóis.

Entre os valores avançados pelos vários autores, para os quais os números de Contreiras Rodrigues têm, muitas vezes, servido também de base<sup>21</sup>, a reconstituição da população europeia no Brasil rondaria as 2 000 pessoas em meados do século XVI,

<sup>19</sup> Henry A. Gemery, “Markets for migrants: English indentured servitude and emigration in the seventeenth and eighteenth centuries” in *Colonialism and Migration; Indentured Labour Before and After Slavery*, ed. P. C. Emmer (Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1986), 35; Pétré-Grenouilleau, “Maritime Powers,” 48; Eltis, “Free and Coerced,” 62.

<sup>20</sup> Pétré-Grenouilleau, “Maritime Powers,” 48; Eltis, “Free and Coerced,” 62; Stanley Engerman, “War, Colonization, and Migration over Five Centuries,” in *Migration, Trade and Slavery in an Expanding World. Essays in Honor of Pieter Emmer*, ed. Wim Klooster (Leiden/Boston: Brill, 2009), 34.

<sup>21</sup> Félix Contreiras Rodrigues, *Traços da economia social e política do Brasil colonial* (Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935), 31-34.

20 000 em 1570 e umas 25 000 em 1584<sup>22</sup>. Em alternativa, poderemos aceitar os valores de 21 000 para 1570 e de 29 000/30 000 para 1585<sup>23</sup>, refletindo um maior peso da atração da indústria açucareira nesta segunda metade do século XVI que contava esta população nuns 30 000 habitantes em 1600. Será ainda o sucesso económico do açúcar o causador do impulso populacional da primeira década do século XVII, pois, em 1612, a população de origem europeia rondava os 50 000 habitantes. Por sua vez, será também a quebra deste setor, em conjunto com um conflito generalizado com os holandeses no Nordeste (a região mais povoada) a causa da estabilização do povoamento, mantendo-se os mesmos 50 000 habitantes europeus em 1650. Até ao final do século esta população dobraria<sup>24</sup>.

As potências europeias que tentaram estabelecer-se nos domínios que a Coroa portuguesa considerou como seus ao longo da época moderna, tais como a França e os Países Baixos do Norte, não contaram com grandes contingentes a apoiar os seus projetos, pelo que a presença enraizada dos portugueses e os seus maiores números podem ter contribuído para o afastamento destes povos europeus do Brasil. Já os outros dois territórios coloniais geograficamente mais vastos – espanhol e inglês – contaram com números bem maiores do que os portugueses.

Nas Índias de Castela a população europeia rondaria os 118 000 habitantes em 1570<sup>25</sup>. Este valor parece ser conservador, pois, por volta de 1580, o número de hispânicos andaria nos 150 000 e, em 1630, nos 331 000, um valor bastante superior ao registado para o caso português<sup>26</sup>. A França contaria 7 000 migrantes na América em 1642 e 16 000 em 1655, metade nas ilhas do Caribe, evidenciado este número reduzido de contingentes as dificuldades da França em estabelecer-se no Novo Mundo<sup>27</sup>. Os Países Baixos do Norte também contaram com um contingente bastante reduzido de migrantes presentes na América, sendo que, neste caso, a presença de estrangeiros era considerável. O Brasil

---

<sup>22</sup> Godinho, *A Estrutura*, 45-50; Russell-Wood, *Um Mundo em Movimento*, 93-99.

<sup>23</sup> Maria Luiza Marcílio, "The population of colonial Brazil," in *The Cambridge History of Latin America*, ed. Leslie Bethell (Cambridge: Cambridge University Press, 1984), vol. II: Colonial Latin America, 45-46; H. B. Johnson, "Portuguese settlement, 1500-1580," in *Colonial Brazil*, ed. Leslie Bethell (Nova Iorque: Cambridge University Press, 1987), 38; Tarcísio Rodrigues Botelho, "História da população brasileira: balanços e perspectivas," *Cadernos de História* 6, n.º 7 (2001): 38, <http://periodicos.pucminas.br>; Massimo Livi Bacci, "500 anos de demografia brasileira: uma resenha," *Revista brasileira de estudos de população* 19, n.º 1 (2002): 145, <http://www.abep.nepo.unicamp.br>.

<sup>24</sup> Godinho, *A Estrutura*, 45-50; Russell-Wood, *Um Mundo em Movimento*, 93-99; Stanley L. Engerman e João César das Neves, "The Bricks of an Empire 1415-1999: 585 Years of Portuguese Emigration," *Journal of European Economic History* 26, n.º 3 (1997): 493, <https://urresearch.rochester.edu>.

<sup>25</sup> Lyle N. McAlister, *Spain & Portugal in the New World 1492-1700* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987), 131.

<sup>26</sup> Elliot, *Empires of the Atlantic World*, 41.

<sup>27</sup> Pétré-Grenouilleau, "Maritime Powers," 62-63; Aldrich, *Greater France*, 10.



holandês, em 1640, não contaria com mais de 4 000 europeus, aos quais se somavam mais 600 nas zonas do Hudson e Delaware na América do Norte<sup>28</sup>. Uma vez mais, a disputa com as forças europeias pré-estabelecidas não favoreceu a fixação no território.

Caso de grande sucesso, é o da presença Inglesa na América do Norte e Caraíbas. Por volta de 1660, descontando os retornos e as mortes, a Nova Inglaterra contava com 25 000 a 30 000 habitantes e cerca de 92 000 em 1700. Nas colônias do Sul, Virgínia e Maryland, contabilizavam 36 000 a 38 000 habitantes em 1660 e 104 000 em 1700, agora já contando com a Carolina do Norte e do Sul. As colônias de Nova Iorque, Nova Jérsea e Pennsylvania tinham, em finais do século XVII, uma população de 53 000 indivíduos, 10% constituída por africanos<sup>29</sup>. Esta grande capacidade de povoamento da América inglesa, ainda que não só por ingleses, pode ser vista no caso das ilhas Leewards. Tidas como um dos piores espaços para se viver no mundo inglês pelo seu clima, catástrofes naturais a que estavam sujeitas, topografia das ilhas, ameaças de rebeliões escravas e de guerra com os franceses e disseminação de doenças que aí ocorria, contavam, no entanto, com uma população europeia, em 1678, de 10 510 indivíduos<sup>30</sup>.

Este percurso pelos habitantes europeus na América distribuídos pelos domínios das diversas entidades políticas, visto aqui em traços gerais, levanta imediatamente a questão sobre a diferença no número de povoadores do Brasil português relativamente aos seus elevados contingentes de emigração. Como pôde Portugal ter tão poucos habitantes na América em comparação com a Inglaterra e a Espanha?

Angelo Carrara já fez a reparação relativamente aos números de portugueses a chegar ao Brasil ao longo do século XVII, que, tendo em conta o povoamento ainda em curso dos diversos arquipélagos atlânticos seria bem mais moderado do que tem vindo a ser exposto<sup>31</sup>. A mortalidade ocorrida no território americano, a maior percentagem de população masculina (reduz possibilidade de reprodução da população branca) e os retornos podem também ajudar a explicar esta diferença<sup>32</sup>, contudo os valores avançados

---

<sup>28</sup> E. van den Boogaart, "The servant migration to New Netherland, 1624-1664," in *Colonialism and Migration; Indentured Labour Before and After Slavery*, ed. P. C. Emmer (Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1986), 57; 77.

<sup>29</sup> Davies, *The North Atlantic*, 63.

<sup>30</sup> Natalie A. Zacek, *Settler Society in the English Leeward Islands, 1670-1776* (Nova Iorque: Cambridge University Press, 2010), 16-48.

<sup>31</sup> Angelo Alves Carrara, "A população do Brasil, 1570-1700: uma revisão historiográfica," *Revista Tempo* 20, (2014): 4-6, <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X-2014203619eng>.

<sup>32</sup> Mafalda Soares da Cunha, "A Europa que atravessa o Atlântico (1500-1625)," in *O Brasil Colonial*, org. João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014), vol. 1: 1443-1580, 295.

para as saídas de reinóis parecem estar claramente inflacionados, sobrestimando a capacidade demográfica portuguesa, de resto inferior quer à inglesa quer à espanhola<sup>33</sup>.

Entre a investigação exaustiva necessária, por exemplo, junto dos registos paroquiais tanto nos pontos de partida como de chegada, até à ausência de menções na documentação, sobretudo antes da introdução do passaporte no século XIX, e devido à omnipresente emigração ilegal ou pura e simplesmente não integrada nas iniciativas da Coroa, este estudo revela-se quase totalmente dependente destas estimativas. Uma solução pode passar pelo estudo concertado, através de perspetivas micro e macro, da presença portuguesa nos diversos espaços. Neste caso, traremos uma aproximação feita para o Brasil, ao longo do século XVII, que, se não permite achar contingentes, permite detetar tendências. Estas tendências, quer ao nível das naturalidades e dos destinos, podem fornecer pistas de onde procurar estas saídas, incentivando, e posteriormente dependendo, dos estudos locais que, acumulados, podem renovar o nosso conhecimento na área.

## **O caso do Brasil no século XVII**

A abordagem a um território tão vasto exige a adoção de um fundo documental que cubra a totalidade ou pelo menos as principais áreas de povoamento português do território americano ao longo de Seiscentos. As possibilidades são escassas, excetuando-se os processos inquisitoriais, que, apesar das falhas geográficas e do facto de não serem uma documentação de produção sistemática, representaram o esforço de um Tribunal em controlar toda uma sociedade colonial. Esta documentação é, por isso, aquela que melhor permite olhar para a população que se estabeleceu ao longo da época moderna superada apenas pelos registos paroquiais, dispersos pelas várias paróquias brasileiras e, portanto, dependentes, de uma análise minuciosa que tem ainda longos passos a dar.

Administrado através do reino, o tribunal inquisitorial que exerceu a sua jurisdição sobre o Brasil, o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa<sup>34</sup>, dependia das estruturas clericais presentes no território, estando, assim, a rede estabelecida pela

---

<sup>33</sup> Rodrigues, “As vicissitudes,” 160; Rey Castelao, “Pessoas,” 105.

<sup>34</sup> Sónia Siqueira, *A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial* (São Paulo: Editora Ática, 1978), 125.

Inquisição no terreno, em várias dimensões, limitada<sup>35</sup>. A concentração destes elementos junto dos maiores núcleos populacionais, ainda que seja possível detetar clérigos em locais pouco povoados, dificultava um controlo efetivo da moral da população como era desejado, ficando, aqueles que estavam mais distantes destes núcleos, teoricamente mais protegidos da ação inquisitorial.

Outra particularidade da produção desta fonte é que está dependente não só de um número de funcionários que permita a regular realização da sua atividade, mas também das conjunturas que afetam o funcionamento da mesma. Desta feita, diferentes reinados, visto este ser um tribunal tutelado pela Coroa, ou acontecimentos que marcam determinados períodos, como a realização de visitas inquisitoriais ou a presença holandesa no Brasil, provocam uma maior produção documental em determinadas cronologias e geografias. Esta ocorreu no caso da segunda visita à Baía entre 1618 e 1620<sup>36</sup>, e, entre outras, na época de proliferação de judeus no Brasil holandês que interessava à Coroa controlar<sup>37</sup>.

Além dos processos inquisitoriais, alguns dos indivíduos com um estatuto social mais relevante, surgem em documentação associada ao Conselho Ultramarino, que, juntamente com as diligências de habilitação para familiar do Santo Ofício, criaram um outro depósito de informação consultado. Estes dados foram usados de forma complementar àqueles aproveitados das fontes inquisitoriais, fornecendo mais detalhes sobre a vida e percurso daqueles aí representados.

O povoamento do Brasil, ao longo do século XVII, evoluiu em direção ao sertão, tanto para o interior, como para Norte e Sul. As bases deste povoamento são ainda os territórios costeiros que, no decorrer de Quinhentos, formaram os centros de povoamento português. Estas ilhas de presença portuguesa<sup>38</sup>, situadas no Nordeste, com enfoque em Salvador e Recôncavo da Baía e em Olinda e toda a Várzea, e na região mais a Sul, do Rio de Janeiro e São Paulo, cresceram com o sucesso da indústria açucareira<sup>39</sup> e do tráfico

---

<sup>35</sup> Ronaldo Vainfas, *Trópico dos Pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil* ([Rio de Janeiro]: Editora Nova Fronteira, [s.d.]), 222.

<sup>36</sup> Bruno Guilherme Feitler, “Usos políticos del Santo Oficio Portugués en el Atlántico (Brasil y África Occidental). El Período Filipino,” *Hispania Sacra* 59, n.º 119 (2007): 272, <https://dialnet.unirioja.es>.

<sup>37</sup> Vainfas, *Trópico dos Pecados*, 225.

<sup>38</sup> A. J. R. Russell-Wood, “Padrões de Colonização no Império Português, 1400-1800,” in *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, dir. Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (Lisboa: Edições 70, 2010), 181.

<sup>39</sup> Stuart Schwartz, “A «Babilónia» Colonial: a Economia Açucareira,” in *História da Expansão Portuguesa*, dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri ([Lisboa]: Círculo de Leitores, 1998), vol. 2: Do Índico ao Atlântico (1570-1697), 214-215.

de prata espanhola<sup>40</sup>. Foi daqui que partiu a conquista do resto do território. Espoletada pela presença de outros povos europeus, como o caso dos franceses, holandeses e ingleses a Norte, na região da Amazônia, e dos espanhóis a Sul, a presença portuguesa iria crescer num esforço de controlo e rentabilização do território<sup>41</sup>. Às outras entidades políticas europeias somavam-se alguns dos povos ameríndios que forçavam a um constante combate pela pacificação do espaço.

Assim, em função das características do povoamento português do território americano ao longo do século XVII, podemos distinguir três dinâmicas diferentes: no Nordeste, fruto do sucesso açucareiro que vinha já do século anterior, temos um povoamento concentrado em Salvador e no Recôncavo e em Olinda/Recife e sua Várzea<sup>42</sup>, com outros núcleos de povoamento menores na região nordestina; no Sul e Sudeste, através do povoamento que se fez no Rio de Janeiro e na capitania de São Vicente, bem como nos territórios das chamadas Capitanias do Sul, administradas desde a cidade do Rio de Janeiro e que iam do Espírito Santo até à Colônia do Sacramento<sup>43</sup>; no território mais a Norte que, pelas dificuldades de acesso, pouco tempo após a sua integração se tornaram num estado separado do Brasil, o Maranhão e Grão-Pará<sup>44</sup>.

Desta feita, e tendo em conta o seu sucesso anterior, não surpreende que a maioria da população detetada ao longo do século XVII estivesse na zona costeira do Brasil, herdando aquela que fora a tendência do século anterior.

---

<sup>40</sup> Rodrigo Ceballos, “Arribadas Portuguesas: A participação luso-brasileira na constituição social de Buenos Aires (c. 1580-c. 1650)” (Tese de Doutoramento, Universidade Federal Fluminense, 2008), 8.

<sup>41</sup> Russell-Wood, “Padrões de Colonização,” 181.

<sup>42</sup> Maria Luiza Marcílio, “Evolution historique de la Population brésilienne jusqu’en 1872,” in *La Population du Brésil*, sem ed. ([s.l.]: CICRED, 1975), 9.

<sup>43</sup> Stuart Schwartz, “Gente da terra brasileira da nação”. Pensando o Brasil: a construção de um povo,” in *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias*, org. Carlos Guilherme Mota (São Paulo: Editora SENAC, 2000), 113.

<sup>44</sup> Helidacy Maria Muniz Corrêa, “Para aumento da conquista e bom governo dos moradores”: O papel da Câmara de São Luís na conquista, defesa e organização do território do Maranhão (1615-1668)” (Tese de Doutoramento, Universidade Federal Fluminense, 2011), 14; 17.

Tabela 2. Distribuição das menções à população detetada nos processos inquisitoriais no Brasil ao longo do século XVII, por capitânias

<b>Capitânias</b>	<b>Menções</b>
Baía	1600
Rio de Janeiro	1146
Pernambuco	1111
Maranhão	475
Pará	385
Espírito Santo	175
Paraíba	148
São Vicente	142
Rio Grande	85
Sergipe	73
Itamaracá	57
Itanhaém	10
Ceará	8
Ilhéus	3
Paraná	1
Piauí	1
Colónia do Sacramento	1
<b>Total</b>	<b>5421</b>

Fontes: Elaboração própria a partir das fontes listadas no final do artigo.

O universo de estudo, composto por 3319 indivíduos, dos quais 2877 (87%) eram homens e apenas 442 eram mulheres (13%), estava concentrado no Nordeste. O número de menções a destinos na documentação contabiliza um total de 5421 dada a mobilidade da população que, não raras vezes, se fixava em mais do que um espaço no decorrer da sua vida.

A capitania da Baía, com sede e capital da América portuguesa em Salvador, concentra o maior número de menções apuradas, 29,5% do total, quase todos nessa cidade e nos territórios que envolvem a baía, tal como Peroaçu. Por entre as mais de duas dezenas de vilas referidas na Baía, encontravam-se ainda, como mais relevantes, o Camamu, Jaguaripe, Candeias e o engenho de Matoim. Em segundo lugar no número de menções, é referido o Rio de Janeiro, porto em crescimento ao longo do século XVII que totaliza, no cômputo da sua capitania, 21,1% de todas as referências, apenas mais 0,6% do que Pernambuco. Em redor do Rio de Janeiro, os Campos dos Goytacazes e Jacutinga são também menções comuns.

A região da produção açucareira por excelência, o Nordeste, destacava-se, portanto, do restante território. De facto, só em Pernambuco há referência a mais de trinta espaços, de onde se destacavam o Recife e Olinda, mas também Ipojuca, Sirinhaém, Porto Calvo, Cabo de Santo Agostinho e Goiana. A introdução da cana tornava o povoamento

mais disperso pelo território, enquanto que, por seu turno, a guerra com os holandeses (1630-1654) forçou a um recolher ao forte do Cabo de Santo Agostinho que, no período em que pôde resistir, concentrou as forças portuguesas e tornou-se num ponto de acesso ao mar<sup>45</sup>.

O território que viria a denominar-se Maranhão e Grão-Pará, separado juridicamente do Estado do Brasil a partir da década de 1620, foi outro polo de povoamento português. Este território, ocupado no decorrer da primeira metade do século XVII a impulso da presença francesa, conheceria um grande esforço de povoamento, com intervenção das autoridades locais e da Coroa, para garantir que o terreno era rentabilizado e que as potências europeias se mantinham afastadas do território intermédio entre o Brasil e o Perú, administrados pela mesma Coroa até 1640<sup>46</sup>. Assim, as capitanias do Maranhão e do Pará aparecem em quarto e quinto lugares respetivamente, surgindo o Ceará, visto como uma das testas de partida da conquista deste território, com bastante menos menções. O Piauí, só no decorrer do século XVIII se consagraria. Neste caso, tanto São Luís e Belém funcionaram como pontos destacados do povoamento português, estando depois a presença bastante dispersa em pequenos povoamentos<sup>47</sup>, muitas vezes em estreita afinidade com as populações indígenas.

Já o número de menções para as restantes capitanias diminui consideravelmente. Afastadas dos maiores polos de povoamento ou ainda a dar os primeiros passos na integração portuguesa, restam os territórios mais periféricos. O Espírito Santo e São Vicente contavam com vilas que, conhecendo já algum destaque nas suas capitanias, como a Vila do Espírito Santo e São Paulo, eram dependentes do Rio de Janeiro em termos administrativos e, por isso, conheceram um desenvolvimento lento ao longo do século<sup>48</sup>. No Nordeste, com o alargar da cultura da cana e a necessidade de pacificação dos indígenas, outras capitanias surgiram, mas sempre sucedâneas de Olinda e Recife.

---

<sup>45</sup> Evaldo Cabral de Mello, *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654* (Rio de Janeiro/São Paulo: Forense-Universitária/Editora da Universidade de São Paulo, 1975), 39; Bruno Romero Ferreira Miranda, “Gente de Guerra: Origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)” (Tese de Doutorado, Universidade de Leiden, 2011), 6.

<sup>46</sup> Tadeu Valdir Freitas de Rezende, “A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras” (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2006), 53.

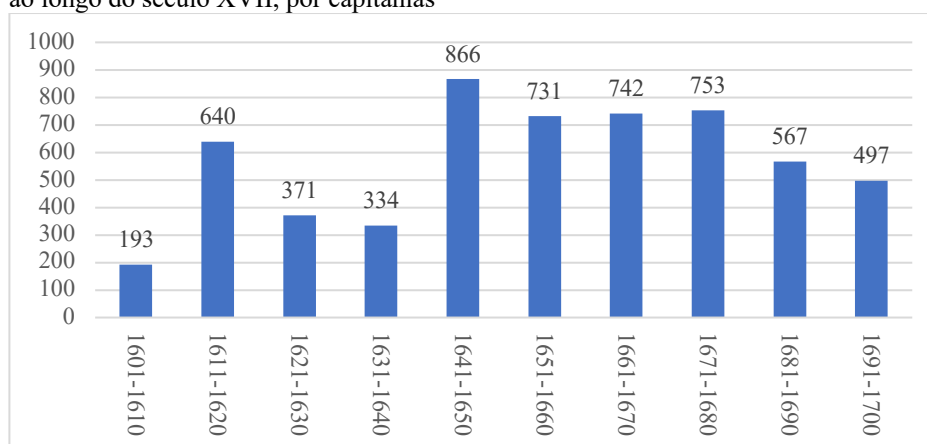
<sup>47</sup> Stuart Schwartz, “Plantations and peripheries, c.1580-c.1750,” in *Colonial Brazil*, ed. Leslie Bethell (Nova Iorque: Cambridge University Press, 1987), 119.

<sup>48</sup> Schwartz, “Gente da terra,” 113.

São os casos da Paraíba, onde se destacou Filipeia, depois Cidade da Paraíba, do Rio Grande, de Sergipe, Itamaracá e Ilhéus<sup>49</sup>.

A disputa de territórios mais a Sul com os espanhóis, sobretudo orientada a partir do Rio de Janeiro e São Paulo, também só se tornou demograficamente relevante nas décadas finais do século XVII, pelo que as menções ao Paraná e à Colônia do Sacramento, fundada em 1680 em frente a Buenos Aires, na foz do Rio da Prata, são mais escassas<sup>50</sup>.

Gráfico 1. Distribuição, por décadas, da população detetada nos processos inquisitoriais no Brasil ao longo do século XVII, por capitâneas



Fontes: Elaboração própria a partir das fontes listadas no final do artigo.

A distribuição cronológica da população detetada no território brasileiro seiscentista, demonstra o crescimento demográfico que ocorreu ao longo deste período, mas também as tendências de produção documental. O contingente com o qual o Tribunal do Santo Ofício podia contar no Brasil cresce ao longo do século XVII e, esse intensificar de atividade, é visível no número de menções detetadas expostas no Gráfico 1. Assim, temos uma segunda década, período de visita inquisitorial, mais preenchida, tal como os anos de 1641 a 1650, de forte perseguição aos judeus e cristãos-novos presentes no Brasil holandês.

No que concerne às naturalidades, o território brasileiro, ao longo da época moderna, conheceu uma grande presença de gentes do Entre Douro e Minho<sup>51</sup>. Contudo,

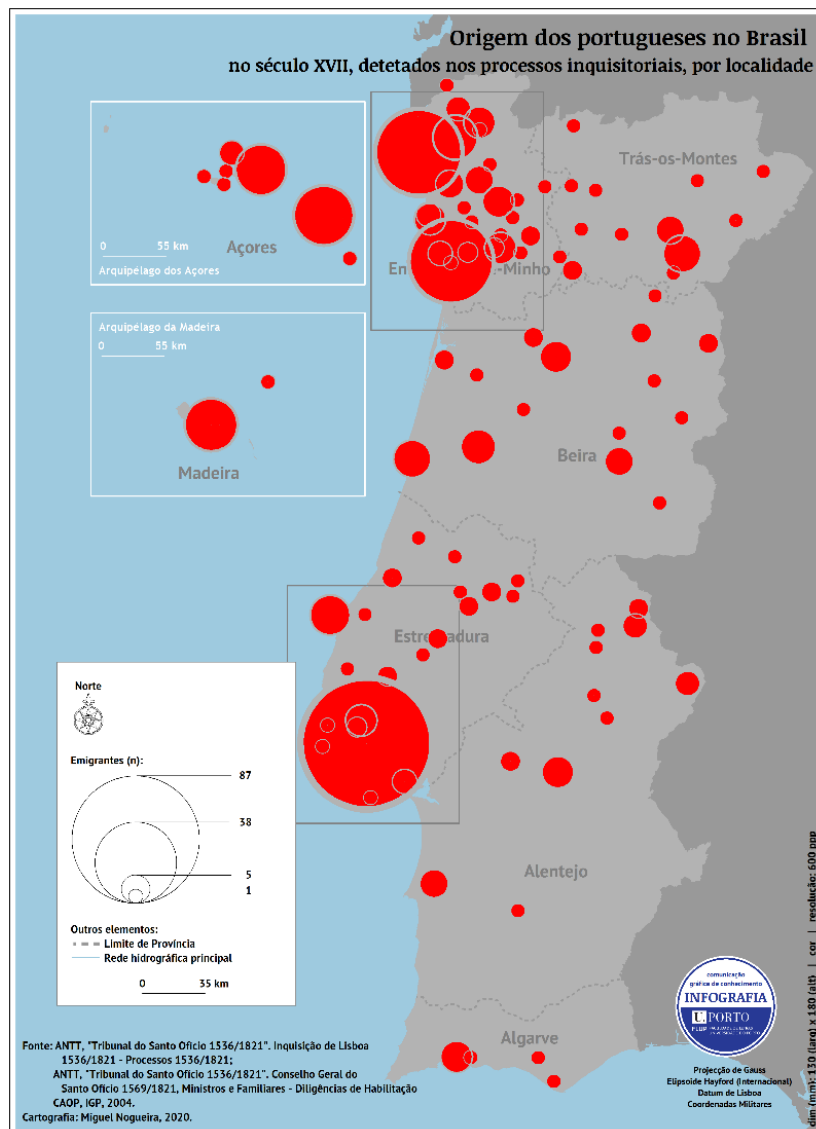
<sup>49</sup> Rodrigo Ricupero, “O Brasil e Felipe IV: uma aproximação,” in *O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1668)*, org. Ana Paula Torres Megiani, José Manuel Santos Pérez e Kalina Vanderlei Silva (São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016), 150.

<sup>50</sup> Maria Beatriz Nizza da Silva, “Soldados, casais e índios no povoamento da nova colônia,” in *Colóquio internacional Território e Povoamento – A presença portuguesa na região platina*, sem editor (Lisboa: Instituto Camões, 2004), 1-3, <http://fortalezas.org>.

<sup>51</sup> Russell-Wood, “Padrões de Colonização,” 187.

regiões específicas atraíram imigrantes de territórios específicos do reino e até dos arquipélagos atlânticos recentemente povoados. Este é, por exemplo, o caso dos Açores que, face a uma política de transporte de casais para o Maranhão e Grão-Pará, como forma de combater a pobreza no arquipélago, sofreu um impulso das autoridades locais e da Coroa com o financiamento da viagem por forma a ocupar e tornar rentável a vastidão amazónica que os portugueses reclamavam<sup>52</sup>.

Mapa 1. Origem dos portugueses no Brasil no século XVII, detetados nos processos inquisitoriais, por localidade



Fontes: Elaboração própria a partir das fontes listadas no final do artigo.

<sup>52</sup> Jorge M. Pedreira, “Brasil, Fronteira de Portugal. Negócio, Emigração e Mobilidade Social (séculos XVII e XVIII),” *Anais da Universidade de Évora* separata, n.º 8 e 9 (2001): 52-53; Rafael Chambouleyron, *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)* (Belém: Açai, 2010), 62; 66-67.



Este estudo encontrou não só uma forte presença da população com origem no Entre Douro e Minho, mas também na Estremadura, com destaque para Lisboa. Se, no Noroeste do reino, a forte representação do Porto e Viana, bem como a grande dispersão pelas várias cidades e vilas não é novidade<sup>53</sup>, o peso de Lisboa nesta emigração é<sup>54</sup>. Sabendo que da capital partiam frequentemente embarcações em direção ao Brasil, contacto intenso que também era mantido pelos portos do Norte, Lisboa é reconhecidamente um ponto de partida para muita gente que se deslocava, quer dos arredores da cidade, quer do interior ou Sul do reino. No entanto, este fator de oportunidade parece também ter influenciado a saída da população local. Numa época em que o Estado da Índia entra em franca decadência como destino daqueles que partem do reino, e concentrando-se em Lisboa a rota do Cabo, esta disponibilidade pode ter sido parcialmente desviada para a América, principalmente com a criação da Companhia Geral do Comércio do Brasil, em 1649<sup>55</sup>.

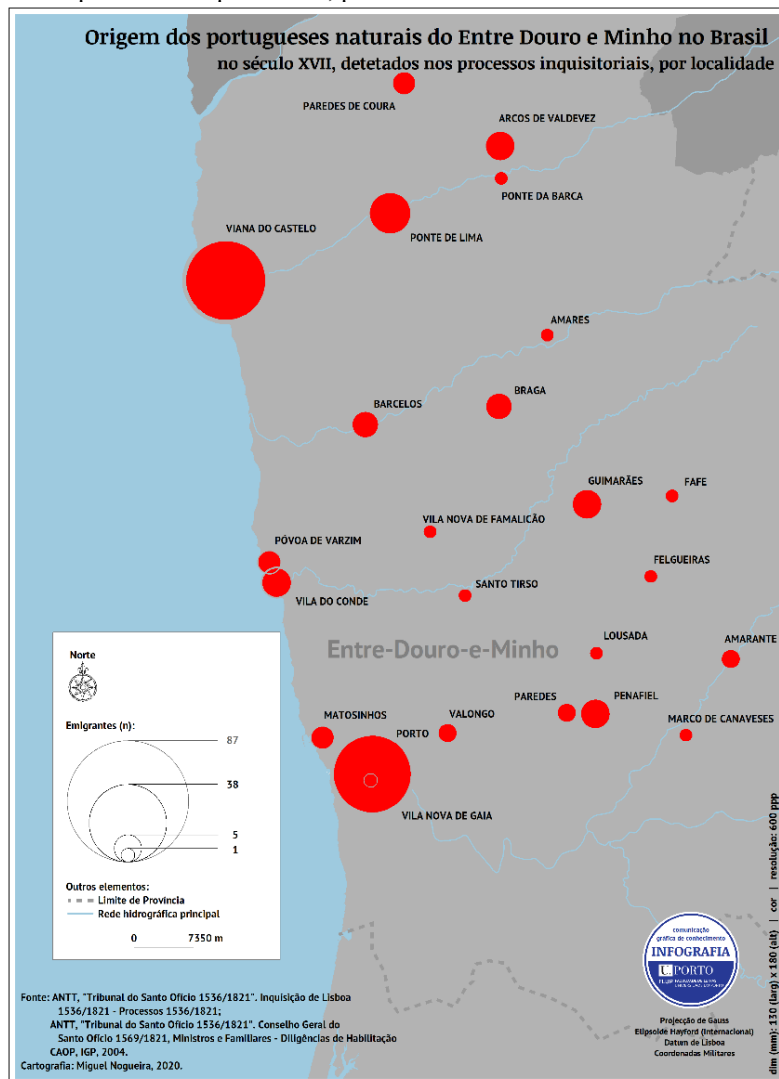
---

<sup>53</sup> Daviken Studnicki-Gizbert, *A Nation Upon the Ocean Sea: Portugal's Atlantic Diaspora and the Crisis of the Spanish Empire, 1492-1640* (Nova Iorque: Oxford University Press, 2007), 48.

<sup>54</sup> Rae Flory e David Grant Smith, "Bahian Merchants and Planters in the Seventeenth and Early Eighteenth Centuries," *The Hispanic American Historical Review* 58, n.º 4 (1978): 575, <https://www.jstor.org>; Pedreira, "Brasil," 56.

<sup>55</sup> Schwartz, "A «Babilónia» Colonial," 217.

Mapa 2. Origem dos portugueses naturais do Entre Douro e Minho no Brasil no século XVII, detetados nos processos inquisitoriais, por localidade



Fontes: Elaboração própria a partir das fontes listadas no final do artigo.

Foi possível apurar com o detalhe da localidade a origem de 431 migrantes. Destes, 144 eram do Entre Douro e Minho, o que representa 33,4% do total. Quer isto dizer que este estudo vai de encontro à generalidade da bibliografia que consagra este território como o ponto de origem principal dos reinóis. Além do destaque já mencionado de Viana (38 menções) e do Porto (36), o contacto destes portos com o Brasil serviu como porta de saída para muita população minhota e do termo do Porto. Contam-se aqui, entre as localidades mais vezes mencionadas, Ponte de Lima (10), Penafiel – à época Arrifana de Sousa – (6), Guimarães (5), Arcos de Valdevez (5), Braga (4) e Barcelos (4).

Quase outro terço das naturalidades detetadas tinha origem na Estremadura (29,5%). Contudo, esta província não tinha a mesma distribuição das naturalidades. Pelo contrário, existiu uma enorme concentração de lisboetas nas referências apuradas. Perante

o contributo de Viana ou do Porto, Lisboa surge como a principal local de nascimento por entre os migrantes, com 87 menções, mais do que as aquelas duas cidades juntas. O contributo de outras localidades é diminuto, excetuando-se Peniche (9), que, pela concentração de homens do mar, surge como ponto de origem de vários mestres e capitães de embarcações, de dois pilotos e de um pescador. O mesmo se passou com o único homem de Cascais e o de Sesimbra.

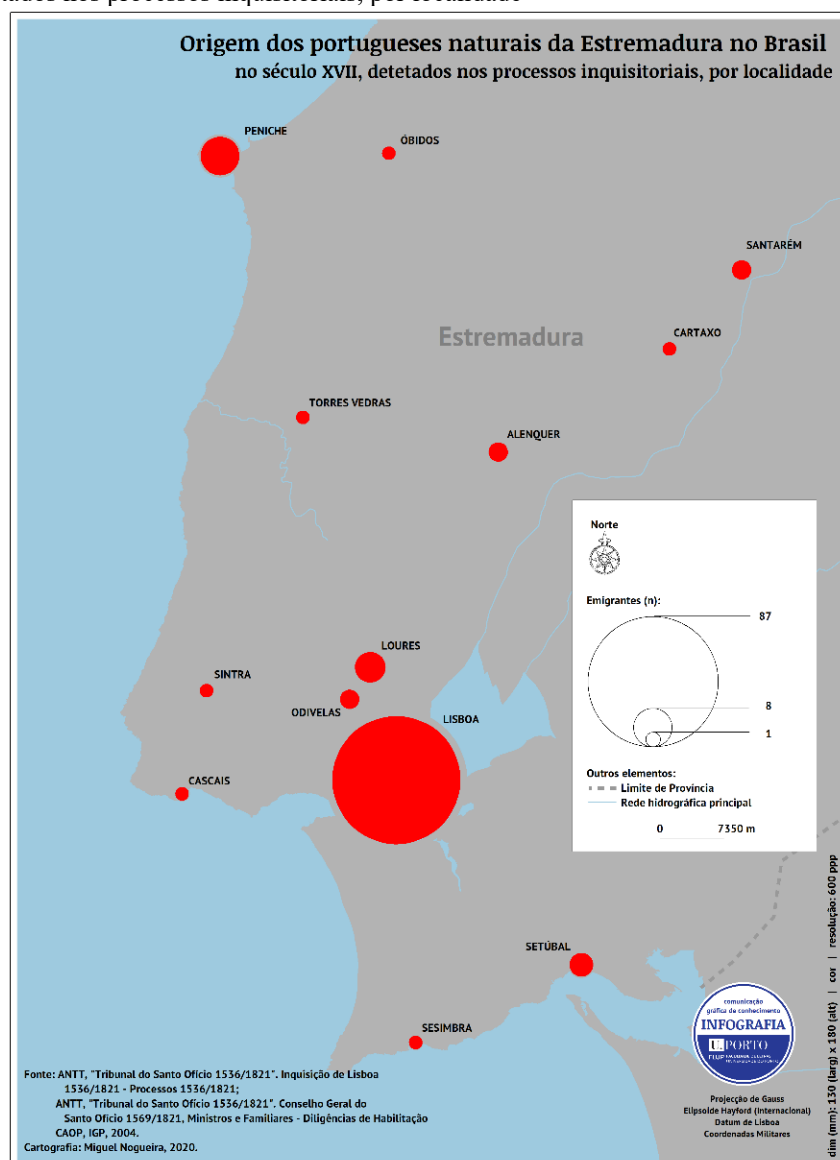
As restantes províncias do reino e os arquipélagos somam 37,1% das origens dos habitantes do Brasil. A Beira com 45 (10,4%) e os Açores com 41 (9,5%) estão também reconhecidamente ligados ao Brasil. Se a Beira enviou de forma contínua contingentes em direção ao Brasil, os Açores, como ficou explicado, fruto de um grande sucesso do seu povoamento nos séculos XV e XVI e da pobreza da população local, tornaram-se uma base de sustento do povoamento português dos espaços de fronteira, tanto na Amazónia, como, mais tarde, nas capitánias do Sul. No caso da Beira, Coimbra (7), Figueira da Foz com os seus homens do mar (7) e Viseu (5) foram as localidades que mais migrantes enviaram no decorrer do século XVII. Por sua vez, as ilhas açorianas que surgem destacadas são a de São Miguel (18) e a Terceira (13).

O Alentejo com 27 menções (6,3%), Trás-os-Montes com 20 (4,6%), a Madeira com 18 (4,2%) e o Algarve com 9 (2,1%) foram os territórios que menos gente enviaram para o Brasil. No caso do Sul do reino, tanto no Alentejo como no Algarve, em função do maior contacto com a Andaluzia e, por essa via, as Índias de Castela, existe uma menor presença no Brasil que é reconhecida pela bibliografia<sup>56</sup>.

---

<sup>56</sup> Studnicki-Gizbert, *A Nation*, 48.

Mapa 2. Origem dos portugueses naturais do Entre Douro e Minho no Brasil no século XVII, detetados nos processos inquisitoriais, por localidade



Fontes: Elaboração própria a partir das fontes listadas no final do artigo.

Relacionando as diferentes províncias e arquipélagos portugueses com as capitanias brasileiras, por forma a apurar algum tipo de conterraneidade que possa ter existido, é notória a grande participação das duas províncias que mais gente enviaram para o Brasil no povoamento do Nordeste. Se esta região concentra 56,8% das menções detetadas, a distribuição daqueles com origem no Entre Douro e Minho neste espaço corresponde a 71,4%, num total de 110 dos 495 indivíduos para os quais foi possível apurar a província de nascimento no reino e o local de fixação na América. A Estremadura contribuiu com 93 indivíduos, ou seja, 63,3% daqueles que nasceram nesta província e partiram para o Brasil. Ainda assim, parece ter havido uma maior relação do Entre Douro e Minho com a Baía, pois esta concentrou 40,3% daqueles nascidos nesta província, ao

passo que a Estremadura tem nesse território apenas 32% dos emigrantes detetados. De resto, a presença nas capitâneas do Nordeste é relativamente mais baixa nas populações oriundas do Alentejo e dos Açores, ainda que com 52,9% e 44%, respetivamente, estas sejam o principal destino dos povoadores que partiram destas regiões.

Já na relação com as Capitâneas do Sul, que concentram 27,2% do total das menções apuradas, foram Trás-os-Montes (31,8%), o Alentejo (29,4%), o Algarve (27,3%) e os Açores (26%) aqueles que mais contribuíram em peso relativo. Se Trás-os-Montes e o Alentejo conservaram um maior fluxo de gente em direção ao Rio de Janeiro, por seu turno, os Açores mantiveram-no com São Vicente. No extremo Sul, na Colónia do Sacramento, os dois indivíduos encontrados eram alentejanos, espaço que, na segunda metade do século XVII, se tornou em palco de confrontos com os espanhóis, no âmbito da Guerra da Restauração e que pode depois ter desviado parte deste braço armado para as fronteiras do Brasil. O Entre Douro e Minho enviou apenas 18,2% dos seus contingentes para o Sul da América portuguesa ao passo que a Estremadura enviou 24,5%.

No Maranhão e Grão-Pará, que consubstancia os restantes 16% daqueles que partiram do reino e arquipélagos, o destaque por entre os pontos de origem é dos Açores. Segundo os processos inquisitoriais compulsados, as ilhas açorianas enviaram 30% dos seus migrantes para este território, principalmente para o Maranhão. Torna-se então notório o sucesso das políticas de fixação de casais açorianos na Amazónia, apesar de muitas vezes os projetos de transporte de casais não terem ido avante e da imensidão do espaço nunca ter permitido, ao longo da época moderna, o controlo efetivo de todo o território. Segue-se o Alentejo com 17,6%, confirmando a presença da sua população nos espaços de fronteira altamente militarizados<sup>57</sup>. Surgem depois a Estremadura e o Entre Douro e Minho já com valores inferiores aos da proporção da população do Brasil que habitava nessas capitâneas, 12,2% e 10,4%, respetivamente.

### **Considerações finais**

Este artigo, que pretende fazer uma revisão bibliográfica do número de contingentes saídos de Portugal em direção ao Brasil na época moderna, começou por

---

<sup>57</sup> Chambouleyron, *Povoamento*, 79.

analisar alguns dos números mais mencionados pela bibliografia portuguesa e internacional sobre os contingentes saídos da Europa em direção à América. Quando comparados os números portugueses com os contingentes de outros povos na América, fica claro que os números de Vitorino Magalhães Godinho são inflacionados.

A historiografia que tem recorrido incessantemente a estes valores por serem os únicos existentes, tem também trabalhado com as tendências de migração que Godinho avançou. No entanto, estes valores não resistem a um exercício de comparação entre as saídas de Portugal e as de outros territórios europeus, bem como ao levantamento das diversas populações de origem europeia na América. Como poderia Portugal enviar contingentes tão elevados de povoadores para o Brasil e contar com uma tão pequena população de origem europeia quando confrontada com a inglesa ou espanhola na América? As taxas de retorno e de mortalidade teriam de ser desproporcionalmente grandes num território para onde a emigração era maioritariamente espontânea e não em cumprimento de um serviço e que nem era visto como um dos mais insalubres dentro dos domínios portugueses.

A segunda parte do artigo procurou detetar a população de origem europeia ao longo do século XVII através da utilização, como fonte principal, dos processos inquisitoriais. O objetivo era entender, em conjunto com a consulta bibliográfica, quais os destinos desta população que se fixava no Brasil e em que proporção se estabeleciam em cada uma das capitánias. Em conjunto com o apurar das naturalidades dos migrantes, abre-se o estudo da documentação produzida localmente, mormente dos registos paroquiais, pois é possível identificar quais os espaços que concentravam maior população passível de emigrar, no caso do reino, ou estabelecida, no caso do Brasil.

Sem surpresa, o Nordeste do território brasileiro foi aquele que concentrou um maior volume demográfico. O sucesso da indústria açucareira obtido na segunda metade do século XVI atraía a população reinol que se instalava tanto nos grandes polos de Salvador, e Olinda/Recife, como avançava, em contingentes mais pequenos, para o sertão em busca de novas terras. O progresso em direção à Amazónia, estimulado pela presença francesa na região e a vontade da Coroa em a afastar, conheceu dois grandes focos populacionais, um deles conquistado aos franceses: São Luís do Maranhão, e Belém do Pará. Mais a Sul, a presença portuguesa fixou-se, no decorrer deste século, na capitania e na cidade do Rio de Janeiro. No entanto, se as províncias portuguesas que mais gente enviaram para o Brasil, o Entre Douro e Minho e a Estremadura, eram os principais pontos de origem da população presente nos espaços portugueses da América mais maturados,

ou seja, do Nordeste, os Açores e o Alentejo tinham um grande peso nas fronteiras, tanto a Sul como a Norte. Assim, se para o Nordeste e o Rio de Janeiro partia-se sobretudo para trabalhar na plantação de açúcar e outras culturas, bem como exercer ocupações mecânicas típicas dos povoados em crescimento, a Norte e a Sul as tarefas militares foram um dos motivos primordiais do deslocamento de populações.

## Fontes

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício 1536/1821, Inquisição de Lisboa 1536/1821, Processos 1536/1821.

- Processos: 135; 306; 560; 774; 936; 1290; 1292; 1406; 1462; 1465; 1513; 1717; 1770; 1773; 1778; 1848; 2075; 2674; 2686; 2758; 2816; 2840; 2840-1; 3081; 3157; 3259; 3382; 3618; 3641; 3648; 3653; 3654; 3662; 3666; 3953; 4044; 4230; 4452; 4487; 4565; 4602; 4702; 4786; 4789; 4847; 5212; 5368; 5391 5411; 5411-1; 5422; 5436; 5556; 5586; 5722; 5724; 5847; 5912; 5964; 6555; 6296; 6702; 6997; 7092; 7214; 7276; 7338; 7360; 7383; 7394; 7467; 7523; 7532; 7533; 7613; 7709; 7820; 7839; 7847; 8074; 8448; 8457; 8462; 8799; 8836; 8991; 9077; 9315; 9457; 9527; 9668; 9723; 9725; 10018; 10022; 10026; 10068; 10101; 10181; 10191; 10222; 10264; 10291; 10473; 10727; 10728; 10890; 11278; 11362; 11388; 11423; 11438; 11550; 11562; 11575; 11618; 11756; 11825; 11973; 12242; 12556; 12658; 13076; 17999.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício 1536/1821, Conselho Geral do Santo Ofício 1569/1821, Ministros e Familiares, Diligências de habilitação:

- Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Pedro, mç. 41, doc. 718, Diligências de Habilitação para o cargo de familiar do Santo Ofício de Pedro Martins Negrão, casado com Maria de Moura.

- Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Francisco, mç. 6, doc. 232, Diligência de Habilitação de Francisco Monteiro Mendes.

- Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Manuel, mç. 10, doc. 292, Diligência de Habilitação de Manuel Fernandes Franco.

- Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, João, mç. 5, doc. 194, Diligências de Habilitação para o cargo de familiar do Santo Ofício de João Peixoto Viegas.

- Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Inácio, mç. 2, doc. 18, Diligência de habilitação de Inácio de Matos.
- Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, João, mç. 12, doc. 354, Diligência de Habilitação de João Antunes Viana.
- Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, João, mç. 18, doc. 456, Diligência de Habilitação de João do Couto de Andrade.
- Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Gonçalo, mç. 3, doc. 68, Diligência de Habilitação de Gonçalo Ferreira Souto.
- Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Carlos, mç. 1, doc. 5, Diligência de Habilitação de Carlos Antunes de Matos.
- Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Lourenço, mç. 3, doc. 51, Diligência de Habilitação de Lourenço Gomes Ferraz.

## **Bibliografia**

Aldrich, Robert. *Greater France: A History of French Overseas Expansion*. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1996.

Arroteia, Jorge Carvalho. *A emigração portuguesa – suas origens e distribuição*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

Bacci, Massimo Livi. “500 anos de demografia brasileira: uma resenha.” *Revista brasileira de estudos de população* 19, n.º 1 (2002): 141-159. <http://www.abep.nepo.unicamp.br>.

Bath, B. H. Slicher van. “The absence of white contract labour in Spanish America during the colonial period.” In *Colonialism and Migration; Indentured Labour Before and After Slavery*, editado por P. C. Emmer, 13-31. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1986.

Benjamin, Thomas. *The Atlantic World: Europeans, Africans, Indians and Their Shared History, 1400-1900*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009.

Boogaart, E. van den. “The servant migration to New Netherland, 1624-1664.” In *Colonialism and Migration; Indentured Labour Before and After Slavery*, editado por P. C. Emmer, 55-81. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1986.

Botelho, Tarcísio Rodrigues. “História da população brasileira: balanços e perspectivas.” *Cadernos de História* 6, n.º 7 (2001): 38. <http://periodicos.pucminas.br>.



Carrara, Angelo Alves. “A população do Brasil, 1570-1700: uma revisão historiográfica.” *Revista Tempo* 20, (2014): 1-21. <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X-2014203619eng>.

Ceballos, Rodrigo. “Arribadas Portuguesas: A participação luso-brasileira na constituição social de Buenos Aires (c. 1580-c. 1650).” Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2008.

Chambouleyron, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. Belém: Açaí, 2010.

Corrêa, Helidacy Maria Muniz. ““Para aumento da conquista e bom governo dos moradores”: O papel da Câmara de São Luís na conquista, defesa e organização do território do Maranhão (1615-1668).” Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2011.

Cunha, Mafalda Soares da. “A Europa que atravessa o Atlântico (1500-1625).” In *O Brasil Colonial*, organizado por João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa, vol. 1: 1443-1580, 271-314. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

Davies, K. G. *The North Atlantic World in the Seventeenth Century*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1974.

Elliot, John H. *Empires of the Atlantic World: Britain and Spain in America 1492-1830*. [s.l.]: Yale University Press, 2006.

Eltis, David. “Free and Coerced Migrations from the Old World to the New.” In *Coerced and Free Migration: Global Perspectives*, editado por David Eltis, 34-74. Stanford: Stanford University Press, 2002.

Eltis, David. “Introduction: Migration and Agency in Global History.” In *Coerced and Free Migration: Global Perspectives*, editado por David Eltis, 1-31. Stanford: Stanford University Press, 2002.

Engerman, Stanley e João César das Neves. “The Bricks of an Empire 1415-1999: 585 Years of Portuguese Emigration.” *Journal of European Economic History* 26, n.º 3 (1997): 471-510. <https://urresearch.rochester.edu>.

Engerman, Stanley. “War, Colonization, and Migration over Five Centuries.” In *Migration, Trade and Slavery in an Expanding World. Essays in Honor of Pieter Emmer*, editado por Wim Klooster, 9-43. Leiden/Boston: Brill, 2009.

Feitler, Bruno Guilherme. “Usos políticos del Santo Oficio Portugués en el Atlántico (Brasil y África Occidental). El Período Filipino.” *Hispania Sacra* 59, n.º 119 (2007): 269-291. <https://dialnet.unirioja.es>.

Flory, Rae e David Grant Smith. “Bahian Merchants and Planters in the Seventeenth and Early Eighteenth Centuries.” *The Hispanic American Historical Review* 58, n.º 4 (1978): 571-594, <https://www.jstor.org>.

Games, Alison. “Anglo-Dutch Connections and Overseas Enterprises. A Global Perspective on Lion Gardiner’s World.” *Early American Studies* 9, n.º 2 (2011): 435-461.

Gemery, Henry A. “Markets for migrants: English indentured servitude and emigration in the seventeenth and eighteenth centuries” in *Colonialism and Migration; Indentured Labour Before and After Slavery*, editado por P. C. Emmer (Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1986), 33-54.

Godinho, Vitorino Magalhães. *A Estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1971.

Godinho, Vitorino Magalhães. “L’Émigration Portugaise (XVe-XXe siècles): une constante structurale et les réponses aux changements du monde.” *Revista de História Económica e Social*, n.º 1 (1978): 5-32.

Johnson, H. B. “Portuguese settlement, 1500-1580.” In *Colonial Brazil*, editado por Leslie Bethell, 1-38. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1987.

Jordan, Don e Michael Walsh. *White Cargo: The Forgotten History of Britain’s White Slaves in America*. Nova Iorque: New York University Press, 2007.

Marcílio, Maria Luiza. “Evolution historique de la Population brésilienne jusqu’en 1872.” In *La Population du Brésil*, sem editor, 7-25. [s.l.]: CICRED, 1975.

Marcílio, Maria Luiza. “The population of colonial Brazil.” In *The Cambridge History of Latin America*, editado por Leslie Bethell, vol. II: Colonial Latin America, 37-63. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

McAlister, Lyle N. *Spain & Portugal in the New World 1492-1700*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.

Mello, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense-Universitária/Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

Miranda, Bruno Romero Ferreira. “Gente de Guerra: Origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654).” Tese de Doutorado, Universidade de Leiden, 2011

Mörner, Magnus. “La emigración española al Nuevo Mundo antes de 1810. Un informe del estado de la investigación.” *Anuario de Estudios Americanos* 32 (1975): 43-131.

Pedreira, Jorge M. “Brasil, Fronteira de Portugal. Negócio, Emigração e Mobilidade Social (séculos XVII e XVIII).” *Anais da Universidade de Évora* separata, n.º 8 e 9 (2001): 47-72.

Pétre-Grenouilleau, Olivier. “Maritime Powers, Colonial Powers: the role of migration (c.1492-1792).” In *Migration, Trade, and Slavery in an Expanding World*, editado por Wim Klooster, 45-71. Leiden/Boston: Brill, 2009.

Rey Castela, Ofelia. “Pessoas e bens em circulação (1492-1750).” In *As Américas na primeira modernidade (1492-1750)*, organizado por Jorge Cañizares-Esguerra, Luiz Estevam de O. Fernandes e Maria Cristina Bohn Martins, vol. 2, 101-145. Curitiba: Editora Prismas, 2018.

Rezende, Tadeu Valdir Freitas de. “A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras.” Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2006.

Ricupero, Rodrigo. “O Brasil e Felipe IV: uma aproximação.” In *O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1668)*, organizado por Ana Paula Torres Megiani, José Manuel Santos Pérez e Kalina Vanderlei Silva, 145-155. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

Rodrigues, Félix Contreiras. *Traços da economia social e política do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935.

Rodrigues, Teresa Ferreira. “As vicissitudes do povoamento nos séculos XVI e XVII.” In *História da População Portuguesa: Das longas permanências à conquista da modernidade*, coordenado por Teresa Ferreira Rodrigues, 159-246. Porto: CEPESSE e Edições Afrontamento, 2008.

Russell-Wood, A. J. R. “Padrões de Colonização no Império Português, 1400-1800.” In *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, dirigido por Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, 171-206. Lisboa: Edições 70, 2010.

Russell-Wood, A. J. R. *Um Mundo em Movimento. Os Portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Algés: Difel, 1998.

Sánchez-Albornoz, Nicolás. “The First Transatlantic Transfer: Spanish Migration to the New World, 1493-1810.” In *Europeans on the Move: Studies on European Migration, 1500-1800*, editado por Canny Nicholas, 26-36. Oxford: Clarendon Press, 1994.

Sánchez-Albornoz, Nicolás. “The population of colonial Spanish America.” In *The Cambridge History of Latin America*, editado por Leslie Bethell, vol. II: Colonial Latin America, 3-35. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

Schwartz, Stuart. “A «Babilónia» Colonial: a Economia Açucareira.” In *História da Expansão Portuguesa*, dirigida por Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, vol. 2: Do Índico ao Atlântico (1570-1697). [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1998.

Schwartz, Stuart. ““Gente da terra braziliense da nasção”. Pensando o Brasil: a construção de um povo”. In *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias*, organizado por Carlos Guilherme Mota, 103-125. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

Schwartz, Stuart. “Plantations and peripheries, c.1580-c.1750.” In *Colonial Brazil*, editado por Leslie Bethell, 67-144. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1987.

Silva, Maria Beatriz Nizza da. “Soldados, casais e índios no povoamento da nova colónia.” In *Colóquio internacional Território e Povoamento – A presença portuguesa na região platina*, sem editor, 1-25. Lisboa: Instituto Camões, 2004. <http://fortalezas.org>.

Siqueira, Sónia. *A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1978.

Studnicki-Gizbert, Daviken. *A Nation Upon the Ocean Sea: Portugal’s Atlantic Diaspora and the Crisis of the Spanish Empire, 1492-1640*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2007.

Vainfas, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil*. [Rio de Janeiro]: Editora Nova Fronteira, [s.d.].

Zacek, Natalie A. *Settler Society in the English Leeward Islands, 1670-1776*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2010.

## **Scientific Committee of the XL APHES MEETING (2021)**

Maria Eugénia Mata

Nova School of Business and Economics (President)

Álvaro Garrido

CEIS20, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Inês Amorim

CITCEM, Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Joaquim da Costa Leite

DEGEI, Universidade de Aveiro

Margarida Sobral Neto

CHSC, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Teresa Silva Lopes

University of York, UK

Carlos Gabriel Guimarães

Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil

Helder Adegar Fonseca

DHUE, Universidade de Évora